

A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NO PROJETO CONVIVER DESENVOLVIDO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS-PR

THE WORK EXPERIENCE IN THE CONVIVER PROJECT DEVELOPED AT THE DEPARTMENT OF EDUCATION OF THE MUNICIPALITY OF MATINHOS-PR

Lidiane Martins Rodrigues de Souza¹
Adriana Lucinda de Oliveira²

Resumo

Este artigo tem por objetivo sistematizar e publicizar o desenvolvimento do Projeto Conviver com alunos/as das escolas Municipais de Matinhos, executado pela assistente social e psicóloga atuantes na Secretaria de Educação municipal. O relato tem como referência a observação participante no desenvolvimento das atividades. O referido projeto realiza ações voltadas as crianças/adolescentes e famílias, com dificuldades de convivência familiar e comunitária encaminhados ao Serviço Social da Educação. A sistematização do processo de participação no projeto reitera a importância de um trabalho conjunto com as famílias na perspectiva da construção de uma relação dialógica e de parceria, bem como no combate a estereótipos e situações de violência.

Palavras-chave: Política de Educação; Indisciplina; Serviço Social.

Abstract

This article aims to report and publicize the development of the Conviver Project with students from Matinhos Municipal Schools, executed by the social worker and psychologist working at the Municipal Education Secretariat. The report is based on participant observation in the development of activities. The referred project carries out actions aimed at children/adolescents and families, with difficulties in family and community life referred to the Social Education Service. The systematization of the process of participation in the project reiterates the importance of working together with families in the perspective of building a dialogical and partnership relationship, as well as in combating stereotypes and situations of violence.

Keywords: Education Policy; Indiscipline; Social Work.

Artigo Original: Recebido em 20/10/2019 – Aprovado em 20/12/2019

¹ Assistente Social, com especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela UFPR. e-mail: lidianemartinsrodriguesdesouza@gmail.com

² Professora do curso de Serviço Social da UFPR, Doutora em Políticas Públicas pela UFPR. e-mail: adrilucinda@gmail.com (autor correspondente)

1 Introdução

O presente artigo é proveniente dos estudos do trabalho de conclusão dos cursos de graduação (TCC) em Serviço Social (SOUZA, 2017) e do curso de especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar. Tem como objetivo sistematizar e publicizar as ações desenvolvidas no Projeto Conviver, o qual tem como público alvo os alunos e alunas das escolas Municipais de Matinhos e é conduzido pela assistente social e pela psicóloga que atuam na Secretaria Municipal de Educação.

A sistematização é baseada no processo de observação participante desenvolvido durante o estágio obrigatório em Serviço Social desenvolvido na Secretaria de Educação e no acompanhamento do processo de implantação do Projeto Conviver. Para tanto iniciamos resgatando o processo de inserção do Serviço Social na política de educação, especificamente na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos – PR. Na sequência apresentamos o Projeto Conviver, proveniente da análise das principais demandas encaminhadas ao Serviço Social da Educação de Matinhos. Focamos o debate nas observações advindas da oportunidade de acompanhamento e observação participante no projeto, desenvolvido na Escola Wallace Tadeu de Mello e Silva.

O projeto compreende um processo de escuta qualificada e reuniões com as crianças, adolescentes e familiares envolvidos em situações de bullying, violência, conflitos e dificuldades de convivência na escola. As considerações finais reiteram a importância da publicização de relatos de experiências profissionais, na perspectiva de fortalecer a defesa da atuação do Serviço Social na Política de Educação dos municípios, bem como a busca constante de um trabalho de parceria e diálogo com as famílias.

2 A atuação do Serviço Social na política de educação em Matinhos-PR

O Serviço Social na política de educação no Brasil vem sendo inserido timidamente desde o surgimento da profissão. Segundo Amaro (2012), o pioneiro desta inserção foi o estado do Rio Grande do Sul em 1946, sendo implantado como serviço de assistência, intervindo em situações escolares

consideradas como desvio, defeito ou anormalidade social. Deste modo, a ação do/a assistente social era voltada à adaptação dos/as alunos/as e ao equilíbrio social da comunidade escolar. Segundo o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, atualmente o/a assistente social desenvolve técnicas profissionais como:

Pesquisa de natureza socio-econômica e familiar para caracterização da população escolar, elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania, participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública, articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades, realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço social. (CFESS, 2001, p.13).

Sendo assim, espera-se que o/a assistente social atue não apenas nas soluções ou no enfrentamento das situações de conflito, mas principalmente na prevenção das mesmas, sendo um agente propositivo e defensor dos direitos sociais no interior das instituições de ensino, bem como que seja um profissional que contribua para a ampliação do conhecimento sobre os direitos e deveres das crianças, adolescentes e responsáveis. Concebe-se a escola como um espaço institucional constituído por educadores e educandos, que visa o entendimento e compreensão sobre valores sociais e éticos, formando cidadãos que busquem uma sociedade justa e igualitária para todos e sem preconceitos. A escola é a instituição mais presente no cotidiano familiar, tendo uma participação de extrema importância no processo de socialização das crianças e adolescentes. É na escola que a maioria das crianças e adolescentes apreendem sua condição de sujeitos de direitos perante a sociedade. Nessa perspectiva, a atuação do Serviço Social nas escolas

tem sido demandada, apesar de todos os retrocessos e ataques vivenciados à política pública de educação.

O Serviço Social na Política de Educação no Município de Matinhos - Paraná foi inserido em 2013. Seu objetivo em primeiro momento era de orientar os familiares os direitos e deveres dos/as alunos/as, viabilizar estratégias para que as famílias conduzissem os/as alunos/as até a escola, realizar encaminhamentos para outros equipamentos quando necessário, e essencialmente, trazer as famílias para dentro da escola de forma participativa tanto com o seu familiar inserido na escola, mas também com o meio escolar, considerando que muitas famílias não se sentem pertencentes ao território escolar, mesmo que tenham um membro de sua família neste meio.

Com o passar dos anos e das discussões sobre as experiências profissionais, o Serviço Social passou a assumir a defesa de uma atuação numa perspectiva preventiva, realizando estratégias para que o risco (violência, dificuldades de aprendizado, evasão, infrequência, entre outros) não aconteça. Deste modo, a profissional passou a promover um trabalho com foco na relação de afetividade, respeito, orientação, tendo como fundamento os direitos, deveres e atribuições da família e da escola. Franco reitera essa perspectiva ao considerar que:

A atuação do assistente social no campo da educação é compreender e refletir a prática social no cotidiano, sua atuação nos problemas sociais. O objeto de trabalho desse profissional é a operacionalização de políticas sociais enquanto bens e serviços para satisfazer as necessidades básicas da vida das classes populares da sociedade diante dos reflexos da questão social presentes na contemporaneidade, traduzidos em expressões das desigualdades sociais. (FRANCO, 2014, p.65).

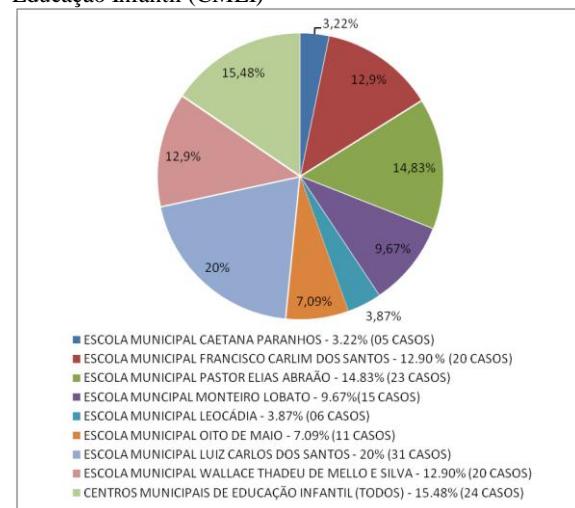
Em 2017 foi realizada a sistematização dos dados sobre a inserção da atuação do Serviço Social no Município de Matinhos. Através do levantamento de informações pode-se identificar algumas demandas mais explícitas no cotidiano escolar, dentre elas a “infrequência escolar”. Diante o exposto foi elaborado o “Projeto Redução da Infrequência Escolar”, executado em um Centro Municipal de Educação Infantil. Este projeto teve como objetivo reduzir o número de infrequência escolar, através do acompanhamento e orientações aos familiares dos/as alunos/as sobre os direitos e

deveres da criança, orientações as educadoras sobre ações aplicadas para a redução da infrequência e viabilização de estratégias para o fortalecimento de vínculo da escola com a família por meio de ações, reuniões, projetos e outros.

Objetivando compreender e identificar as demandas postas ao Serviço Social na política de educação, foi realizado o levantamento de dados dos registros de encaminhamentos ao Serviço Social advindos das escolas municipais, que possibilitou a visualização das principais dificuldades identificadas nas escolas (PRATES, 2018).

A Figura 1 demonstra de forma quantitativa todas as solicitações de atendimentos das escolas municipais e Centros Municipal de Educação Infantil do município.

Figura 1 - Quantitativo de solicitação de atendimentos encaminhado por cada Escola e Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI)

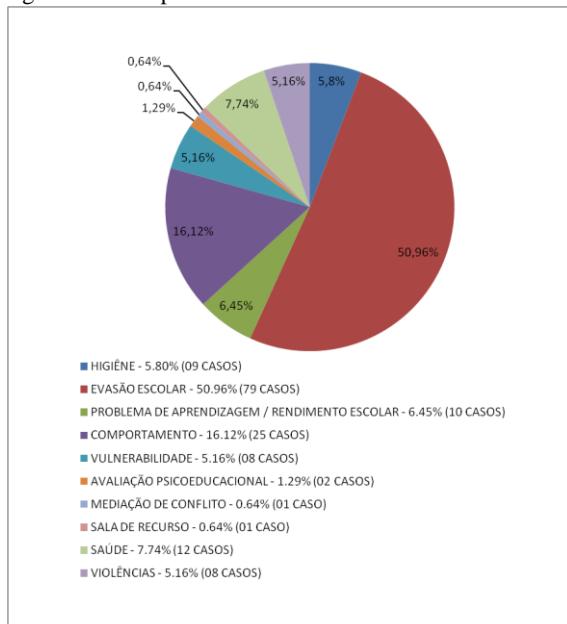


Fonte: Prates (2018).

As escolas que se destacaram em números de atendimentos foram as que possuem maior extensão e número de alunos, sendo 3 escolas localizadas em bairros mais distantes da região central da cidade sendo: Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos – 31 solicitações – 20% do total de solicitações; Escola Municipal Pastor Elias Abraão – 23 solicitações – 14,83% do total de solicitações; e Escola Municipal Francisco dos Santos Jr. – 20 solicitações – 12,90% do total de solicitações e a Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva – 20 solicitações – 12,90% que está localizada no Centro de Matinhos.

O segundo gráfico destaca os motivos de atendimentos realizados pelas escolas (Figura 2).

Figura 2 - Principais motivos dos encaminhamentos

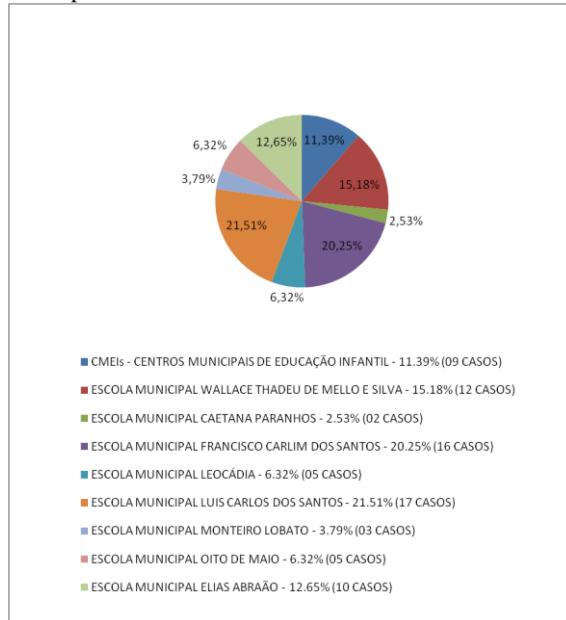


Fonte: Prates (2018).

Dentre os encaminhamentos realizados pelas escolas os três motivos de encaminhamentos que mais se destacaram foram a Evasão Escolar 50,96% totalizando 79 encaminhamentos, Dificuldades com o comportamento do/a estudante 16,12% totalizando 25 encaminhamentos e Situações envolvendo a Saúde dos/as alunos/as 7,74% totalizando 12 encaminhamentos. Segundo França (2019), os motivos que estimulam a evasão escolar são desinteresse escolar, transtornos ou dificuldades de aprendizagem, necessidade de trabalhar, falta de estímulo familiar, questões de saúde, dificuldades ao acesso à instituição, entre outros. Quando é averiguado que o/a aluno/a está com infrequência escolar é importante que se tenha um diálogo com o/a aluno/a e com a família, para que seja possível entender os motivos das faltas, para juntos buscar as soluções para a reversão dessa situação, assegurando o direito do/a aluno/a à educação, deste modo prevenindo uma futura evasão escolar.

Conforme a Figura 2 percebe-se que a evasão escolar tem maior número de encaminhamentos, diante o exposto foi sistematizado o índice de evasão escolar por escola municipal (Figura 3).

Figura 3 - Índice de evasão escolar por escola do município



Fonte: Prates (2018).

A partir dessa sistematização, algumas proposições foram feitas. Entre elas destacamos o início de um trabalho mais direcionado nas seguintes escolas: Elias Abraão, Luís Carlos dos Santos e Wallace Thadeu de Mello e Silva. Estas escolas foram selecionadas considerando a concentração de situações relacionadas a dificuldades de convivência familiar e comunitária, demonstrando na escola dificuldades de socialização, “indisciplinas” e violências. Desta forma, nasce o Projeto Conviver que desde o início conta com o envolvimento de uma assistente social e de uma psicóloga.

3 A atuação do projeto conviver

O projeto Conviver iniciou em 2018 tendo como objetivo geral ofertar atendimento nas áreas de Psicologia e Serviço Social às crianças/adolescentes e famílias com dificuldade de convivência familiar e comunitária, na perspectiva de buscar garantir esse direito social previsto na legislação específica vigente. Os objetivos específicos são: oportunizar um acompanhamento contínuo para as crianças com dificuldades de socialização tendo a família participante; diminuir o quantitativo de encaminhamentos/atendimentos por situação de “indisciplina”; contribuir para a melhoria dos relacionamentos dentro e fora da escola, intensificar

e fortalecer o direito à convivência familiar e comunitária.

No princípio foram elencadas 3 escolas para o desenvolvimento da proposta. A estratégia utilizada foi a formação de grupo de no máximo 10 crianças por escola. Os grupos formados foram alicerçados no convívio social semanal na própria escola ou na secretaria municipal de educação (conforme a disponibilidade ou necessidade).

O projeto possibilita um atendimento direcionado a essas crianças, na perspectiva de desmistificar rótulos como “indisciplinado”, “difícil”, “bagunceiro” ou ainda diagnósticos sem o conhecimento técnico específico como hiperativo, disléxico, que são com frequência denominados pela equipe das escolas. O projeto parte do princípio da necessidade de uma compreensão ampliada da realidade da criança (convívio familiar, processo de aprendizagem, condições socioeconômicas, território onde residem).

O Projeto Conviver atua no coletivo com as crianças/adolescentes, e as orientações com os familiares são realizadas coletivamente sem expor os alunos e seus familiares. As famílias são orientadas para que estas sejam partícipes dos processos de desenvolvimento de seus filhos e agentes multiplicadores, inclusive colaborando com a escola, no sentido de repassar as orientações recebidas, incentivando os profissionais da escola a se engajarem nestes processos de ensino-aprendizagem das crianças/adolescentes com dificuldades mais acentuadas no relacionar-se.

A família é a base do indivíduo, na qual a criança deve crescer e se desenvolver aprendendo a respeitar, a conviver e a compreender o espaço do outro. É a partir desse acompanhamento familiar que se forma um alicerce favorável para educar os filhos, em parceria com a escola, para formar cidadãos em plena condição de viver em plena sociedade. Não podemos dizer que estamos diante de uma família apenas quando esta é constituída por pai, mãe e filhos ou por laços consanguíneos ou afetivos, mas pela necessidade que cada uma tem de ser aceita pela sociedade. (COUTINHO; RIBEIRO; BARRETO, 2014. p. 95).

Reiteramos, entretanto a preocupação em não responsabilizar a família, que muitas vezes não têm encontrado o apoio e orientação necessários diante das dificuldades do cotidiano. Nessa perspectiva, é

fundamental a defesa de uma compreensão de família que se contrapõe a rótulos como “desestruturada”, devido a sua composição ou modo de vida,

Este projeto é referenciado a partir dos direitos consolidados às crianças e adolescentes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e demais legislações na área da proteção à infância. O ECA diz em seu artigo 53 que “a criança e ao adolescente têm direito à educação visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania”, e no artigo 70 diz que “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”. Conforme os artigos mencionados são efetuadas estratégias de ação, na perspectiva de proteger efetivamente as crianças às situações de violência.

As atividades iniciaram através de um convite ao responsável familiar para a primeira reunião de apresentação do grupo, pactuação de participação e autorização de imagem para atividades realizadas pela equipe técnica. Neste encontro pode-se explicar sobre os benefícios objetivados e acordados, e os compromissos de ambas as partes (equipe técnica, família e crianças/adolescentes). Sendo assim a família foi introduzida no centro das atividades, participantes das ações e convidada a participar das reuniões uma vez por mês. As escolas inseridas receberam as informações referentes ao funcionamento do grupo e orientações técnicas nas reuniões pedagógicas.

Os instrumentos de trabalho utilizados pelas técnicas são: escuta, conversação, debates a partir de vídeos, jogos, dinâmicas, atividades lúdicas etc. Periodicamente é elaborado um portfólio de cada criança/adolescente com sua auto avaliação e é produzido pela equipe técnica um parecer trimestral.

Os temas abordados têm sido: solidariedade e cooperação; tolerância, diálogo e paz; conhecimento e sabedoria; gratidão e humildade; honestidade e responsabilidade; amizade e companheirismo; boas maneiras e cidadania; higiene, ordem e saúde; respeito e obediência; coragem e liderança; ecologia e meio ambiente; criatividade, prosperidade e sucesso; sexualidade, sensibilidade e respeito; entre outros.

O intuito do Projeto Conviver é realizar um trabalho efetivo e continuado atendendo as reais demandas dos alunos, famílias e escolas. Tendo a expectativa de reduzir os riscos e conflitos existentes, colaborando para que essas crianças possam vivenciar o direito de conviver socialmente de forma a contribuir para o seu desenvolvimento saudável. Deste modo se tem a construção de um trabalho de competência analítica, crítica e propositiva, que sai da posição da busca ativa para trabalhar numa perspectiva preventiva. Damásio menciona a importância de o/a assistente social realizar as intervenções por meio dos projetos:

A atuação do assistente social em projetos sociais é de grande relevância, uma vez que esse profissional carrega consigo um conjunto teórico, metodológico e técnico-operativo capaz de compreender a realidade com uma visão crítica e desvelar as demandas, buscando medidas que beneficiem o desenvolvimento social. (DAMASIO, 2016, p.10).

Para que o projeto seja efetivado nas escolas é preciso que elas entendam a importância de sua atuação e pactue a sua efetivação no espaço escolar. Durante o período de agosto a dezembro de 2018 tivemos a oportunidade de acompanhar e contribuir com o desenvolvimento do projeto na Escola Wallace Tadeu de Mello e Silva. O grupo era composto por alunos entre 8 e 14 anos, matriculados entre o 3º e 5º ano, bem como na série especial (aceleração). A série especial ou classe especial é constituída por alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e problemas neurológicos. A dificuldade de aprendizagem não é apresentada apenas por um único “sintoma” (aparente), pois tem estado diretamente relacionada a outras questões do meio escolar, familiar, biológico ou social. Neste grupo apenas dois alunos tinham diagnóstico de Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e o restante ainda estavam na fase de encaminhamentos para consultas com especialistas e exames médicos. Serra-Pinheiro et al. (2004), conceitua TOD ou Transtorno Desafiador de Oposição (TDO) como:

Transtorno disruptivo, caracterizado por um padrão global de desobediência, desafio e comportamento hostil. Os pacientes discutem excessivamente com adultos, não aceitam responsabilidade por sua má conduta, incomodam deliberadamente os demais, possuem dificuldade em aceitar regras e perdem facilmente o controle se as coisas não

seguem a forma que eles desejam. (SERRA-PINHEIRO et al., 2004, p. 273).

A “indisciplina” pode ser demonstrada através de violência, rebeldia, intransigência, negação e desrespeito. Esse tipo de comportamento pode ser uma demonstração de algo que está incomodando esse aluno/a, talvez seja a maneira que ele/a encontrou para chamar a atenção dos que estão a sua volta. É necessário avaliar todo o contexto e vivência dessa criança/adolescente, pois não é possível avaliar seu comportamento apenas pelo aparente, é preciso ter conhecimento de sua história e de suas raízes, desde sua concepção até os dias atuais e do contexto histórico de sua família.

As crianças/adolescentes são convidadas a participarem do projeto e não obrigadas assim como suas famílias, e é acordado o que for conversado nas reuniões não pode ser falado em outros lugares, principalmente fatos que possam expor a vida pessoal do outro. Em primeiro instante pode-se perceber que o projeto dá abertura para que as crianças e adolescente possam ficar à vontade para falar e expressar o que estão sentindo ou fatos que aconteceram durante a semana.

Foi possível identificar que através do projeto eles estavam se conscientizando dos atos incorretos que cometiam, e deste modo foram realizadas orientações de como se portar perante alguma situação de risco ou que colocasse outra pessoa, criança ou adolescente em situação perigosa ou constrangedora. Mesmo com a timidez e vergonha de admitir o erro, ficavam à vontade para expressar os atos cometidos e assim o grupo realizava a análise de todas as saídas ou atitudes que deveriam ser realizadas no caso citado. Uma atitude considerada errada pelo grupo, servia de exemplo para os outros, e deste modo era realizada a roda de conversa sem julgamentos e sim com muito aprendizado.

Ficou evidente que a questão do bullying está muito agregada ao cotidiano dessas crianças/adolescentes, tanto elas praticando ou sendo vítimas.

É considerado (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de

desequilibrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL, 2015).

É praticada no projeto a orientação de sempre pedir ajuda a um adulto para saírem de situações embaracosas, de conflitos ou violência com os outros alunos/as, e sempre é reforçado que revidar não é a melhor opção tanto verbal como física.

Esses debates e temas também são pautados nas reuniões familiares. Observamos que apenas as mães e avós comparecem. Segundo os relatos dessas mulheres, cabe a elas a responsabilidade pelo cuidado das crianças e adolescentes e pela relação com a escola. Os homens, pais, padrastos, avós, tios, irmãos mais velhos que também compõem essas famílias, além de se esquivarem de seu compromisso, muitas vezes culpabilizam essas mães/avós pelos atos cometidos pelas crianças/adolescentes. As mães/avós além de cuidar e zelar dessas crianças/adolescentes ainda têm que dar conta de seus afazeres dentro de casa e fora dela, considerando também aquelas que trabalham fora do lar para contribuir no sustento familiar ou tendo que arcar com as despesas sozinhas. Segundo Medeiros e Cintra:

No Século XX, principalmente nos períodos de guerras (I e II Guerras Mundiais), as mulheres tinham que assumir os papéis ditos masculinos, pois os homens embarcavam para a guerra e às vezes nem voltavam; os que voltavam, muitas vezes encontravam-se sem condições de trabalhar, mutilados e doentes. Assim as mulheres começaram a ampliar suas possibilidades e exercer diversas funções; algumas tiveram que enfrentar trabalhos pesados nas fábricas, além de cuidar dos filhos e da casa, enquanto outras possuíam o próprio negócio deixado pelo marido. Na sociedade contemporânea é possível observar que a mulher possui a mesma dificuldade do passado: conciliar casa, filhos e trabalho. As proporções são diferentes, pois o contexto é diferente, mas o drama muitas vezes permanece igual e o sistema capitalista conclama as mulheres ao trabalho. (MEDEIROS; CINTRA, 2011, p. 2).

Nos dias atuais vemos mulheres se desdobrando para dar conta de tudo que tem ao seu redor, casa, família, filhos, trabalho, estudos, dupla ou até mesmo tripla jornada entre outras atividades, que a mulher se propõe a dar conta.

Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado, a comparação entre a carga de responsabilidade

familiar entre homens e mulheres e seus diferentes impactos na vida pessoal e profissional de pais e mães ainda é bastante desigual. (MADALOZZO; BLOFIELD, 2017, p. 215).

O estudo de Madalozzo e Blofield (2017) reitera nossa constatação de que sobressai às mulheres a responsabilidade pelo cuidado das crianças ainda de forma desproporcional, e, no caso das mães não casadas, pelo sustento da família. Independentemente de as mães trabalharem fora de casa, as obrigações de cuidado são distribuídas de forma desigual entre os pais e isso acaba restringindo a possibilidade de trabalho e ascensão delas, mesmo quando o desejam. Ressalta-se que, nos casos em que as mães trabalham, os pais não parecem se preocupar em alterar seus comportamentos em relação aos cuidados das crianças.

Diante dessa realidade, a busca por construir espaços de diálogo e participação da família requer considerar essas condições objetivas da dinâmica familiar.

A escola não deve desistir de buscar essa parceria (...), é impossível haver aproximação quando só são marcados encontros para falar de problemas. Isso causa antipatia e repulsa. A escola deve buscar na família uma aliada, integrando-a no seu contexto, a fim de fortalecer e buscar melhoria para o ensino público brasileiro, para isso é preciso ter diálogo, parceria, cumplicidade, participação da família. Envolver os familiares na elaboração da proposta pública pedagógica, do Regimento Interno, enfim em todo contexto escolar, pode ser uma das metas para que a escola possa manter esse relacionamento mútuo com a família. (FERREIRA; COUTINHO; SOBRAL, 2018, p. 493-497).

Concomitante a busca de maior proximidade com as famílias, as atividades com o grupo de crianças seguiram. As reuniões tinham como tema central a autoimagem, a importância de ouvir, identidade familiar/sentimento de pertencimento, percepção do outro e sentimentos, jogos educativos, reprodução de comportamento, reproduções sociais entre outros temas. Nos temas abordados foi possível perceber a necessidade de orientação e acolhimento, pois sentem na pele a exclusão de alguma forma, seja no ambiente familiar, escolar ou social.

Infelizmente são crianças e adolescentes rotuladas, estigmatizadas como “problemáticas” que já trazem consigo a marca da tristeza, insatisfação, dor e sofrimento. Wiewiorka (2002) contribui para a compreensão do peso do estigma, da marca, ao afirmar que:

Numa sociedade que proclama os valores da igualdade e da fraternidade, o estigma que desqualifica os indivíduos em nome de uma identidade cultural ou natural (doença, atributos fenotípicos) é insuportável na precisa medida em que lhes proíbe o acesso inteiro e pleno a esses valores. (WIEVIORKA, 2002, p.159).

Portanto toda a sociedade tem responsabilidade perante essas crianças/adolescentes, no sentido de combater esse processo estigmatizador que exclui, classifica, opõe e interfere diretamente no seu desenvolvimento. Conforme o art.4º do Estatuto da Criança e Adolescente institui que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Sendo assim somos todos responsáveis por cuidar da saúde tanto mental como física e emocional de nossas crianças e adolescentes, mantendo-as no ambiente escolar, familiar e em sociedade, de maneira acolhedora respeitando-as nas suas particularidades e necessidades.

Foi possível notar que a família também necessita de cuidados, pois encontra-se fragilizada e desamparada. Em alguns casos, quando a família está passando por problemas ou situações complicadas como; violência, desemprego, separação conjugal, falta de afetividade, abandono familiar, entre outros, seus integrantes acabam refletindo de alguma forma a situação vivenciada. Podemos exemplificar através das situações de violência intrafamiliar, sendo que a criança/adolescente reflete na escola os conflitos, seja sendo violento ou agressivo com colegas ou professor/a, ou ficando mais reservado e distante de todos/as. É evidente que muitas das famílias passam por circunstâncias de difícil solução, sendo imprescindível a retaguarda para além do circuito

familiar, seja na escola ou em outro equipamento social. É indispensável que os profissionais da educação estejam sempre se capacitando para lidar com esse tipo de situação, considerando a presença diária da escola na dinâmica familiar. Nessa perspectiva, faz-se necessário combater concepções estereotipadas, baseadas no senso comum e no desconhecimento da realidade familiar por parte da escola. Aquino contribui para o debate ao considerar que a dinâmica escolar

Não poderá ser pensada apartada da familiar. Em verdade, são elas as duas instituições responsáveis pelo que se denomina educação num sentido amplo. Só que o processo educacional depende da articulação destes dois âmbitos institucionais que não se justapõem. Antes são duas dimensões que, na melhor das hipóteses, complementam-se, articulam-se. (AQUINO, 1996, p.46).

Reiteramos assim o combate à responsabilização da família e da escola no processo de socialização e educação das crianças e adolescentes. Há que reiterar que muitas vezes a família também tem sido vítima da desproteção social, demarcada pela pobreza, desemprego, ausência de atendimento de saúde, dificuldades de acessibilidade, entre outros.

A educação se dá por meio do ensinamento dos valores, do desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, morais e físicas, para além do processo de letramento, cabe a escola contribuir para o acesso a arte, cultura e saberes já instituídos e formalizados, bem como para a valorização dos saberes populares e tradicionais. Não nos cabe também uma concepção vitimista das famílias. Pelo contrário, cabe a essas responsabilidades no cuidado, atenção e desenvolvimento. Nessa perspectiva, defendemos o enfrentamento de um trato binário e fragmentado no debate sobre os papéis e responsabilidades da escola, família e sociedade. Somos todos e todas responsáveis pela defesa, amparo, acolhimento e cuidado de nossas crianças e adolescentes. Infelizmente na maioria das vezes os contraturnos são direcionados ou priorizados para os/as alunos/as com bom comportamento e boas notas, sendo assim aqueles rotulados como “indisciplinares”, “bagunceiros” ou que tenha algum déficit ainda não diagnosticado, entre outros..., são excluídos, pois não se enquadram nos padrões para poder frequentar o contraturno.

O sistema educacional faz a exigência de números e resultados aos/as professores/as, sem ter a preocupação de como os conhecimentos estão sendo aprendidos e compreendidos ou apenas decorados pelos/as alunos/as. Percebe-se, por exemplo, a grande preocupação com o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Entretanto, sabe-se que os resultados de índices como IDEB não expressam na integralidade o processo efetivo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

O sistema educacional precisa também ter a preocupação com os profissionais que estão à frente dessas problemáticas. Esses profissionais precisam ser mais valorizados principalmente em sua remuneração. É necessário ter plano de cargo e carreira que os estimulem a formação continuada. Há que se considerar ainda que nem todos os profissionais estão preparados psicologicamente para atender certas situações de dentro e fora de sala de aula.

Não existe uma fórmula mágica para se efetivar a relação família/escola, pois, cada família, cada escola vive uma realidade diferente. Igualmente, a interação família/escola se faz necessário para que ambas conheçam suas realidades e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, buscando meios para que se concretize essa parceria, apesar das dificuldades e diversidades que as envolvem. O diálogo promove uma maior aproximação e pode ser o começo de uma grande mudança no relacionamento entre a Família e a Escola. (SOUZA, 2009, p. 23).

O Projeto Conviver estimula a efetivação da relação entre o projeto/escola/família, nos encontros familiares é orientado a importância de estabelecer esse vínculo. A assistente social do projeto avalia que um dos pontos positivos do Projeto Conviver é que ele atende as crianças e adolescentes prioritárias, aquelas que se encontram em situação de risco por se exporem, ou expor os outros a situações de violência. Segundo a profissional, é notório o desenvolvimento deles e o quanto aprendem a lidar com suas dificuldades criando repertórios para tal. É possível perceber também a melhoria nos relacionamentos familiares. Quando essas crianças/adolescentes são trazidas para perto é desmistificado o estereótipo criado e mantido por muito tempo por parte deles próprios, famílias e escolas. No Projeto foi possível priorizá-los nos

atendimentos com especialistas (neuropediatria, psicologia) e realizar os encaminhamentos e orientações necessários para o seu melhor desenvolvimento. O Projeto busca atender de forma efetiva observando sua totalidade e respeitando suas singularidades.

O Projeto Conviver tem buscado contribuir na redução das situações de violência envolvendo estes alunos/as, bem como em uma maior aproximação entre os adultos envolvidos e comprometidos com o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

4 Considerações finais

O texto relata as dificuldades encontradas no meio escolar frente aos estudantes que apresentam dificuldades na convivência escolar, familiar e comunitária. Os/as alunos/as muitas vezes não conseguem ser compreendidos tanto pelos/as professores/as ou familiares. Na maioria das vezes são evidenciadas apenas as situações negativas desses alunos/as, deixando de lado suas qualidades.

Os/as professores/as não possuem suportes necessários para o enfrentamento de questões que envolvem seus alunos/as dentro e fora da escola. É fundamental que os profissionais da educação sejam capacitados e assessorados por equipes interdisciplinares para conseguirem desempenhar intervenções a essas demandas, para além do aparente, pelas questões que estão por de trás da “indisciplina”. Se torna essencial que o/a professor/a tenha vínculo com a família, e a família com o/a professor/a, estabelecendo o compromisso de trabalho em conjunto na formação dessas crianças e adolescentes, na orientação sobre seus direitos e deveres e na superação de suas dificuldades, tornando-se apoio e referência a esta criança e adolescente.

A família se encontra fragilizada e não consegue lidar com a situação apresentada no cotidiano familiar, que muitas vezes são casos de violência, desafeto, separação conjugal, abandono familiar entre outros. É imprescindível o trabalho realizado com a família, até para que a mesma entenda seu espaço, sua realidade, e dificuldades para que haja uma possível superação da situação apresentada, deste modo contando com o apoio da equipe multidisciplinar nessa trajetória.

Nota-se a necessidade de políticas públicas de enfrentamento a essas questões. O Município de Matinhos apresentou um grande avanço ao implantar o Serviço Social na Política de Educação, mas cabe salientar a necessidade da inserção do/a assistente social e do/a psicólogo/a na escola, na viabilidade de estratégias no cotidiano escolar. Esta inserção proporcionará aos profissionais uma relação diária com o/a aluno/a e sua família, criando e fortalecendo vínculos, garantindo o direito e a permanência à educação.

O projeto conviver ainda é recente e está se estruturando aos poucos, com alguns acertos e desafios, a partir das condições objetivas da equipe técnica e de cada escola.

Reiteramos a relevância do projeto, na perspectiva de assumirmos coletivamente a responsabilidade pelo acesso ao direito à convivência familiar, escolar e comunitária das crianças e adolescentes.

Referências

AMARO, S. **Serviço Social na educação:** bases para o trabalho profissional. Florianópolis: UFSC, 2012.

AQUINO, J. G. **Indisciplina na Escola:** Alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1996. p.46.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113185.htm>

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Serviço social na educação.** 2001. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao_\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao_(2001).pdf)>

COUTINHO, A. A.; RIBEIRO, M. S.; BARRETO, V.B. Serviço Social e Família: Contribuições da Atuação Profissional do Serviço Social para Efetivação da Partição Familiar no Acompanhamento Educativo. In: SILVA, M. M.J da. (org). **Serviço Social Na Educação: Teoria E**

Prática. 2 ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 95.

DAMASIO, A. M. **O Projeto Social Como Resposta À Questão Social.** 4º Simpósio Mineiro De Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2016, p. 10. Disponível em: <<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ff/ff4abc60-cd6e-430b-abe1-cc5c5e7120dc.pdf>>

FERREIRA, S. M. B.; COUTINHO, M. C. B.; SOBRAL, M. S. C. A Importância da Participação da Família na Educação Escolar. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, v. 12, n. 42, Supl. 1, p. 491-502, 2018.

FRANÇA, L. **Evasão escolar no Brasil: o papel do gestor na retenção dos alunos.** (2019). Disponível em: <https://www.somospar.com.br/evasao-escolar-no-brasil/>. Acesso em 09/jun./2019.

FRANCO, M. A. C. Serviço Social na Educação: Breves Considerações Sobre a Implementação do PAISE no Instituto Federal Baiano. In SILVA, M. M. J. **Serviço Social Na Educação:** Teoria e prática. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2014.

FRANÇA, L. **Evasão Escolar no Brasil:** o Papel do Gestor na Retenção dos Alunos. 2019. Disponível em: <<https://www.somospar.com.br/evasao-escolar-no-brasil/>>

MADALOZZO, R.; BLOFIELD, M. Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família? **Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 215-240, 2017.

MEDEIROS, K. M. A.; CINTRA, S. V. **Os desafios da mulher na contemporaneidade: a conciliação dos papéis atribuídos.** 2011. p. 2. Disponível em: <<https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/OS DESAFIOS DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE.pdf>>

PRATES, J. C. **Os atendimentos realizados pelo serviço social da secretaria municipal de educação de Matinhos-PR no ano de 2017.** 48 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.

SERRA-PINHEIRO, M.A., SCHMITZ, M., MATTOS, P., SOUZA, I. Transtorno desafiador de oposição: uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 26, n. 4, p. 273-276, 2004.

SOUZA, L. M. R. **O Processo de inserção do Serviço Social na política de educação no município de Matinhos-PR.** 87 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

SOUZA, M. E. P. **Família/Escola:** A Importância Dessa Relação No Desempenho Escolar. Santo Antônio da Platina. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>>

WIEVIORKA, Michel. **A diferença.** Lisboa: Fenda, 2002.